



Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A.

Relatório e Contas 2024



ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO3

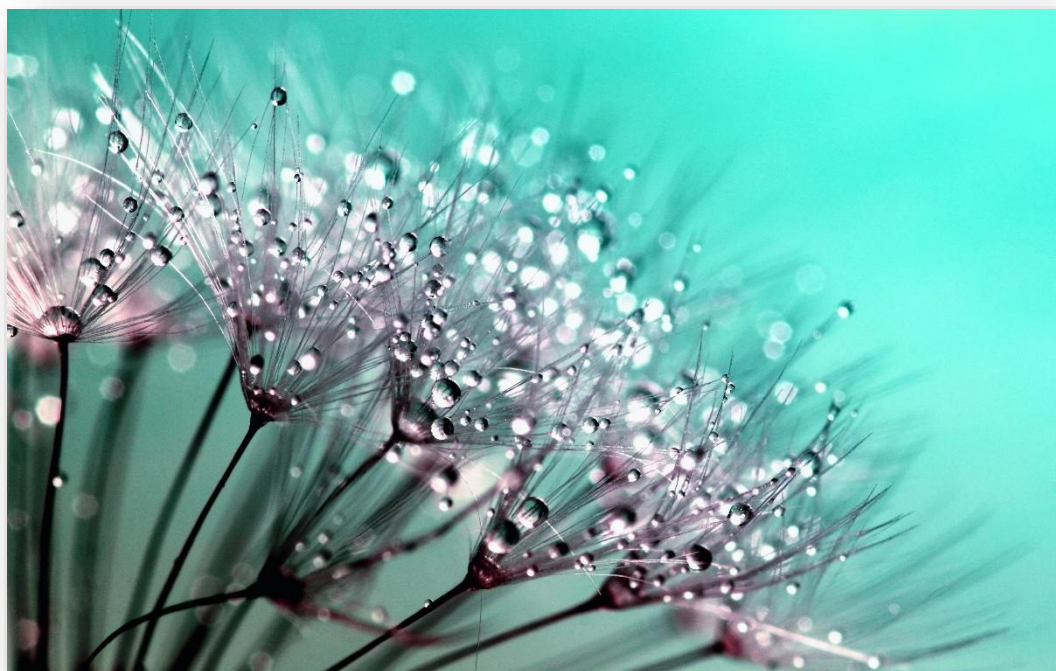
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....16

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS21

4.CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....50

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da AquaElvas - Águas de Elvas, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivo anexo, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024.



1. RELATÓRIO DE GESTÃO

ATIVIDADE DA EMPRESA



A AquaElvas - Águas de Elvas, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, por contrato celebrado a 11 de setembro de 2008, com o Município de Elvas e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Em 2017 foi assinada a alteração de Contrato de Concessão, passando a Concessionária a dispor de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e várias Estações Elevatórias, para sua gestão e manutenção.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, com a alteração do Contrato de Concessão, atinge cerca de 7,7 milhões de Euros, a preços correntes, para todo o período de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a AquaElvas irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, no valor de aproximadamente 3,7 milhões de Euros.

Plano de Investimentos Executado

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela AquaElvas até ao final de dezembro de 2024 é o que se apresenta no quadro seguinte:

		Ano 2024		
PLANO DE INVESTIMENTOS DA CONCESSIONÁRIA	Plano de Investimentos	Reforço das zonas do Bairro São Pedro, Carvalha e Revoltinho	138 678	
		Conduta da Boa Fé (Rua Nossa Senhora de Fátima e Rua Mário Cidrais)	57 537	
		Conduta da Calçada	473 539	
		Telecomando e telecontrolo	523 311	
		Acondicionamento dos depósitos de água potável	121 272	
		Acondicionamento das instalações de água potável	179 151	
		Acondicionamento dos poços/furos	60 636	
		Acondicionamento das diferentes EBAP	172 261	
		Renovação do parque de contadores	631 748	
		SIG	100 000	
		Sectorização	289 404	
		Coletor Geral da Ribeira de Cêto	772 021	
		Plano Investimento Adicional anual	310 617	
		Subtotal	3 830 176	
		Realização de Benfeitorias oferecidas para os sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas	Acondicionamento das diferentes EEAR	86 819
			Saneamento - Linha do Hospital	507 451
			Plano Diretor	30 000
	Saneamento - Avenida da Piedade, estrada de Santa Rita e Avenida António Sardinha		166 784	
	Saneamento - Estrada e Loteamento da Carvalha		226 356	
	Adução a São Lourenço		61 828	
	Coletor do Bairro Europa e Rua de Portalegre		234 128	
	Instalação da Estação de Tratamento de Água no Caia		23 012	
	Coletor da Piedade. Troço de coletor junto ao restaurante "El Cristo"		73 858	
	Intercetor da ribeira do Can-Cão		559 339	
	Coletor Pluvial da Rua do Matadouro ao Lagar dos Frades	147 508		
Remodelação coletores unitários entre Tv. Novo Espírito Santo, R. Padrão e o Beco do Quartel	147 007			
Subtotal	2 284 090			
Total	6 094 265			

Melhorias Fora do Plano de Investimentos

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimento e realizadas durante o ano de 2024 é o seguinte:

Plano de redução de fugas

Foram efetuadas várias intervenções no âmbito do plano de deteção de fugas, tendo como objetivo a redução de fugas e a procura de fraudes. O plano de deteção de fugas consiste em relacionar zonas de consumo e faturação com os volumes de água colocados nessas mesmas zonas, sendo que, perante rendimentos baixos é realizado um rastreio da rede de abastecimento através de equipamento específico e diminuindo as zonas de consumo através do fecho de válvulas.

De salientar que, a articulação desta melhoria com a de setorização, telecontrolo e telegestão, permitiu delimitar e seccionar zonas, bem como conhecer consumos diários de cada zona.

Desmatação e limpeza junto a instalações da rede de abastecimento de água e saneamento

De forma a permitir um rápido e fácil acesso as instalações da rede de abastecimento de água e saneamento, são anualmente realizados trabalhos de limpeza e desmatação da zona envolvente de alguns locais que requerem mais manutenção, tais como: captação Trinta Alferes, depósito de Santa Eulália, CE4, CE5, depósito do Caia, depósito da Conceição, depósito da Calçadinha e depósito de Vila Boim. No ano 2024, as ações de desmatação foram levadas a cabo no mês de maio.

Desratização e desbaratização

Por ano são efetuadas intervenções de desratização e de desbaratização em toda a rede de saneamento. Não obstante, qualquer reclamação nos períodos entre as referidas intervenções deu sempre origem a intervenções pontuais nos locais afetados. No total, no ano 2024 foram realizadas 19 ações internas de desbaratização e desratização e 3 ações em vários pontos, em que se recorreu a empresa externa (nos meses de junho, julho e agosto).

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela aquaelvas, aos utilizadores do concelho de Elvas é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem definidos no PCQA de 2024. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2023. Este programa foi aprovado em 17 de dezembro de 2020 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.



No ano de 2024, o cumprimento dos valores legislados foi de 98,79%, ou seja, num total de 906 parâmetros analisados ao longo de 2024, em 11 foram registados incumprimentos. Os 11 incumprimentos registados foram 4 de Bactérias Coliformes, 2 de Ferro, 1 de *Clostridium perfringens*, 1 de *Escherichia coli* (*E. coli*), 1 de Nitritos, 1 de Enterococos e 1 de Cloratos.

Em relação aos incumprimentos, foram tomadas as devidas medidas corretivas.

Volumes de água comprada e captada

Este ano o volume de água comprada foi de 1.503.097 metros cúbicos. Em relação à água captada, foi de 111.886 metros cúbicos. A água captada é utilizada para abastecer as zonas não servidas pela água em “alta”, sendo estas Caia, Casas Novas, Calçadinha e reforço à zona de Vila Boim.

Volume faturado por tipo de utilizador



Em 2024 verificou-se que o volume de água faturado diminuiu em relação ao ano de 2023. Em concreto, houve uma alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector “não-doméstico” (empresas, restaurantes, hotéis, etc.) diminuiu em cerca de 2%, ao mesmo tempo que o volume de água de tipo “doméstico” (casas de famílias) teve um ligeiro aumento no período em análise (1%).

De uma forma geral, o número total de clientes aumentou em cerca de 0,41%, o que é explicado por uma redução de cerca de 1,03% de clientes Municipais, que é compensado por um aumento de clientes “Domésticos” em 0,51%.

Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas

Em termos operacionais, durante o ano de 2024 ocorreram 116 interrupções no fornecimento de água por reparações e manutenção de ramais e de condutas das quais 9 afetaram o abastecimento num período igual ou superior a 6 horas.

Construção de rede de água e instalação de ramais de água

Foi realizada a ampliação da rede de abastecimento nas Casas Novas – Fase 1.

Durante o ano de 2024 foram reabilitados/reparados 50 ramais no Concelho de Elvas e construídos 11 novos.

Instalação de contadores

Dando continuidade ao resultado do estudo do parque de contadores existentes, iniciado em 2016, foram substituídos 13 contadores por subcontagem. Para além destes foram ainda substituídos mais 9 contadores por antiguidade e 123 contadores por outras causas. Foram assim substituídos um total de 145 contadores durante o ano de 2024.

Intervenções na rede de água potável

O número total de intervenções realizadas na rede de abastecimento, derivadas de roturas, em 2024 foi de 116, tendo sido 50 em ramais de abastecimento e 66 em condutas.

Volume de água residual tratada e bruta

No ano de 2024, o volume total de água residual que deu entrada nas ETAR geridas pela empresa Águas do Vale do Tejo foi 1.469.568 metros cúbicos, sendo que o volume total de água residual que deu entrada na ETAR de Vila Fernando, gerida pela AquaElvas, foi 27.745 metros cúbicos.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número total de intervenções realizadas na rede de saneamento em 2024 foi de 82. Destas, 15 foram em ramais de saneamento e 67 em coletores. As avarias registadas são quase na totalidade referentes a trabalhos de desobstrução.

Durante o ano de 2024 foram construídos 21 ramais novos.

Limpeza da rede de águas residuais e fossas

Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, são realizadas operações de limpeza e manutenção, das quais resultou a limpeza de 13,40 km da rede de saneamento.

Consumos energéticos e de reagentes

Durante 2024 foram consumidos um total de 899.012kWh em todas as instalações de captação de água e estações elevatórias de água potável e um total de 69.293 kWh em todas as instalações elevatórias de águas residuais.

Tendo em conta a necessidade de desinfecção da água bruta, bem como a recloração da água comprada, foram consumidos 19.280Kg de hipoclorito de sódio durante o ano.

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A AquaElvas tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente, bem como o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, cuja base normativa de certificação é a ISO 45001.



A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração, nas condições existentes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A AquaElvas assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Elvas, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a AquaElvas apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A AquaElvas tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS



A política de gestão de recursos humanos da AquaElvas é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a AquaElvas procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi, no período findo em 2024 e 2023, de 18 pessoas.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da AquaElvas espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela AquaElvas no ano de 2024, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 4,086 milhões de Euros, registando um aumento face a 2023 (3,789 milhões de Euros) e em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o período atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 8%.

Gastos e Perdas

O total dos gastos da AquaElvas, em 2024, foi de cerca de 4,197 milhões de Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 3,955 milhões de Euros, representa um aumento de cerca de 6%. Estes valores não incluem o imposto sobre o rendimento.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados diretamente na rede de abastecimento de água, o valor da compra de água. Relativamente ao período em análise, esta rubrica registou 1,899 milhões de Euros, representando cerca de 45% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma registava 1,583 milhões de Euros, representando então cerca de 40% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) aumentou em cerca de 20%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a NCRF19 - Contratos de Construção) registou 1,248 milhões de Euros, representando cerca de 29% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma registava 1,440 milhões de Euros, representando então cerca de 36% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de fornecimentos e serviços externos foi negativa em 10%.

Os gastos com o pessoal, no montante de 400 mil Euros, representam cerca de 10% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma rubrica registava 429 mil Euros, representando então cerca de 11% do total dos gastos do período. Esta rubrica diminuiu cerca de 7% entre 2024 e 2023.

A rubrica de outros gastos registou em 2024 o valor de 206 mil Euros (5% do total dos gastos do período), tendo registado em 2023 o montante de 190 mil Euros (5% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações apresenta o valor de 335 mil Euros, para o período em análise, face a 314 mil Euros no período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, 8% para ambos os exercícios em análise. A variação entre períodos da rubrica foi de 7%.

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da AquaElvas foi em 2023 de 4,489 milhões de Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 4,199 milhões de Euros, representa um aumento de 7%.

A rubrica de vendas e serviços prestados (sem a parte respeitante à realização do plano de investimentos) registou em 2024, 4,032 milhões Euros que, comparado com o período anterior, revela um aumento de 6% face ao valor de 3,789 milhões de Euros de 2023.

A AquaElvas registou em 2024, reversão de perdas por imparidade de dívidas a receber no montante 51 mil Euros, em 2023 a Empresa registou reversão de perdas por imparidade no montante de 38 mil Euros

A rubrica de outros rendimentos registou em 2024 o valor de 352 mil Euros; a mesma rubrica registava em 2023 o valor de 365 mil Euros. A variação entre períodos da rubrica foi negativa em 3%.

Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período, que ascende a 288.409,14 Euros, representa um aumento face ao período anterior, que havia registado um resultado de 220.020,38 Euros.

Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da AquaElvas, a mesma apresenta no final do período de 2024 um aumento de 288.409 Euros.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, a AquaElvas continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Mesmo que dependentes da conjuntura económica internacional, principalmente a instabilidade que poderá ocorrer com as taxas que os Estados Unidos querem impor à Europa, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 627.124 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um aumento de cerca de 12% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento, situando-se no final de 2024 em 292.180 Euros.

	Ano 2024	Ano 2023
Rentabilidade do ativo total	2,62%	2,17%
Rentabilidade dos capitais próprios	5,22%	4,20%
Rentabilidade das vendas	7,06%	5,81%
EBITDA	627 124	557 832
EBIT	292 180	243 452

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, reflete uma tendência de melhoria entre as principais rubricas do ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 10.149.765 Euros em 2023 para 11.004.913 Euros em 2024.

Em termos desagregados, os capitais próprios melhoraram, passando de 5.241.881 Euros em 2023 para 5.530.290 Euros em 2024, este aumento é explicado pelo aumento dos resultados líquidos do ano. O passivo passou de 4.907.884 Euros em 2023 para 5.474.623 Euros em 2024.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2024, em termos percentuais, um ligeiro decréscimo, face ao ano de 2023, da autonomia financeira e solvabilidade em contraponto com um aumento do Endividamento, conforme se apresenta de seguida:

	Ano 2024	Ano 2023
Capitais próprios	5 530 290	5 241 881
Passivo total	5 474 623	4 907 884
Passivo corrente	3 834 840	3 213 482
Ativo total	11 004 913	10 149 765
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	50,25%	51,65%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	101,02%	106,81%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	49,75%	48,35%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	70,05%	65,48%

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da AquaElvas encontra-se em mandato para o triénio 2023-2025.

A Administração da AquaElvas está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do Grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, não obstante a previsível crise económica e social com que o país se debaterá nos próximos tempos, a AquaElvas encara o futuro com grande resiliência e robustez, que lhe permitirão seguramente superar os novos desafios e alcançar os objetivos que se propõe.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 288.409,14 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reservas Legais:	14.420,46 Euros
Para Resultados Transitados:	273.988,68 Euros

AGRADECIMENTOS

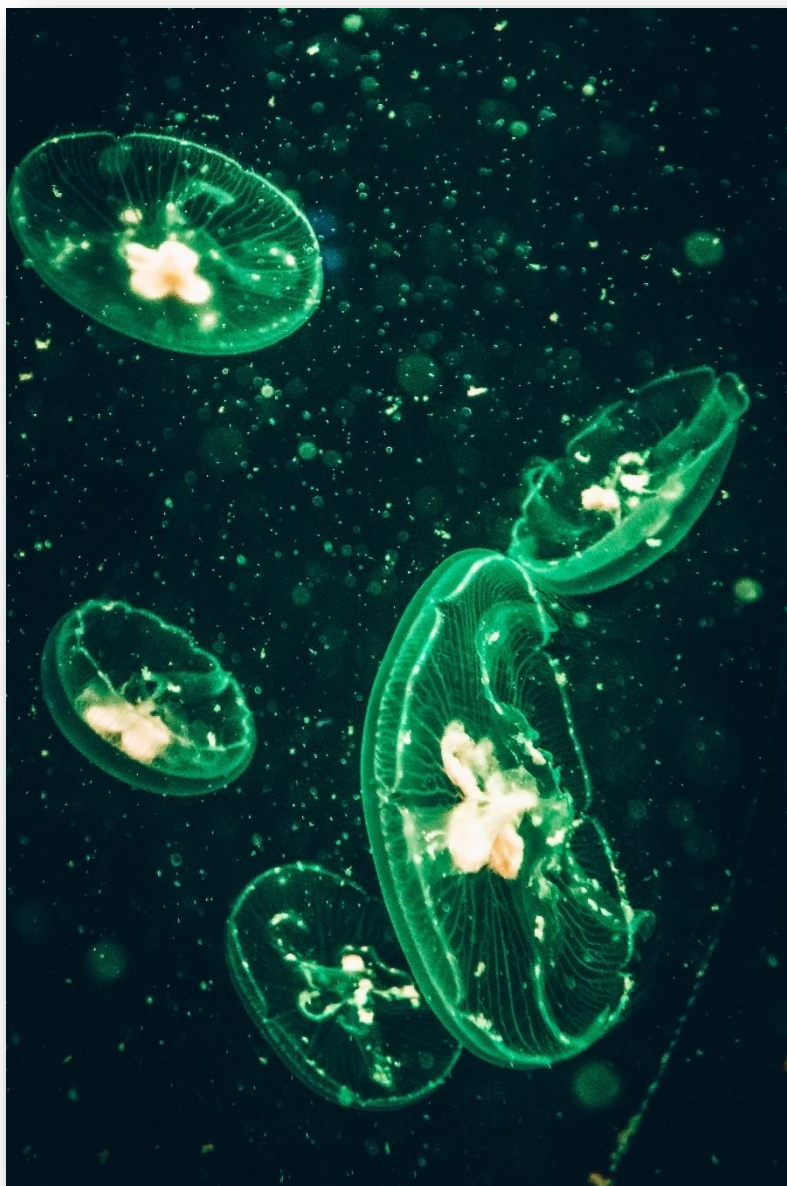
O Conselho de Administração da AquaElvas aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Elvas, a 31 de março de 2025

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Tiago Manuel Lopes Carrilho dos Santos



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



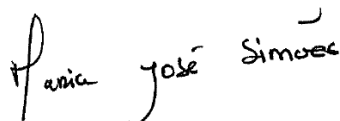
AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Em euros

	NOTAS	2024	2 023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	203 290	192 153
Ativos intangíveis	6	4 179 152	4 420 624
Outros ativos financeiros	8	3 242	3 242
Ativos por impostos diferidos	7	230 796	236 902
subtotal		4 616 480	4 852 921
Ativo corrente			
Clientes	10	1 001 972	971 445
Adiantamentos a fornecedores	10	11 554	6 127
Estado e outros entes públicos	9	16 311	91 711
Accionistas/sócios	11	1 250 000	1 250 000
Outros créditos a receber	10	2 090 530	1 713 259
Diferimentos	10	137 642	146 094
Caixa e depósitos bancários	4	1 880 424	1 118 208
subtotal		6 388 433	5 296 844
Total do ativo		11 004 913	10 149 765
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	13	3 160 000	3 160 000
Outros instrumentos de capital próprio	13	352 000	352 000
Reservas legais	13	62 777	51 776
Resultados transitados	13	1 667 104	1 458 085
Resultado líquido do período	13	288 409	220 020
Total do capital próprio		5 530 290	5 241 881
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	6	1 639 783	1 694 402
subtotal		1 639 783	1 694 402
Passivo corrente			
Fornecedores	16	3 242 084	2 884 947
Adiantamentos de clientes	12	37 091	35 494
Estado e outros entes públicos	9	20 604	12 446
Outras dívidas a pagar	12	535 061	280 595
subtotal		3 834 840	3 213 482
Total do passivo		5 474 623	4 907 884
Total do capital próprio e do passivo		11 004 913	10 149 765

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2024	2023
Vendas e serviços prestados	14	4 086 327	3 789 218
Subsídios à exploração	14	-	7 380
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	(1 899 284)	(1 583 421)
Fornecimentos e serviços externos	16	(1 356 817)	(1 439 745)
Gastos com o pessoal	17	(399 680)	(428 702)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	10	50 828	37 927
Outros rendimentos	18	352 166	364 745
Outros gastos	19	(206 416)	(189 570)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		627 124	557 832
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	20	(334 944)	(314 380)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		292 180	243 452
Juros e rendimentos similares obtidos	11	48 765	17 530
Resultado antes de impostos		340 945	260 982
Imposto sobre o rendimento do período	21	(52 536)	(40 962)
Resultado líquido do período		288 409	220 020

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José Simões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Diogo Manuel Santos

AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

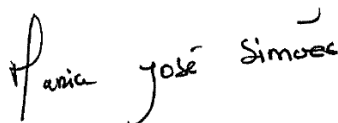
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

Emeuros

RUBRICAS	NOTAS	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 981 644	3 666 570
Pagamentos a fornecedores		(2 796 213)	(2 337 000)
Pagamentos ao pessoal		(405 172)	(415 447)
Caixa gerada pelas operações		780 259	914 123
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(13 493)	(101 350)
Outros recebimentos/pagamentos		38 230	90 580
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		804 996	903 353
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(108 293)
Ativos intangíveis		(47 852)	(63 415)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	29 520
Subsídios ao investimento		-	7 380
Juros e rendimentos similares		5 072	1 390
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(42 780)	(133 418)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos concedidos	11	-	(1 250 000)
Dividendos		-	(100 000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	(1 350 000)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		762 216	(580 065)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 118 208	1 698 273
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 880 424	1 118 208

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		3 160 000	352 000	34 315	1 226 316	349 230	5 121 861
Aplicação do resultado do período anterior	13	-	-	17 461	331 769	(349 230)	-
Distribuição de lucros		-	-	-	(100 000)	-	(100 000)
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		3 160 000	352 000	51 776	1 458 085	-	5 021 861
Resultado líquido do período		-	-	-	-	220 020	220 020
Posição no fim do período		3 160 000	352 000	51 776	1 458 085	220 020	5 241 881

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		3 160 000	352 000	51 776	1 458 085	220 020	5 241 881
Aplicação do resultado do período anterior	13	-	-	11 001	209 019	(220 020)	-
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		3 160 000	352 000	62 777	1 667 104	-	5 241 881
Resultado líquido do período		-	-	-	-	288 409	288 409
Posição no fim do período		3 160 000	352 000	62 777	1 667 104	288 409	5 530 290

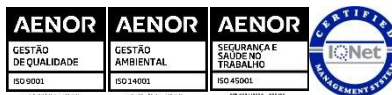
O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Paula José Simões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Manuel Santos





3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A AquaElvas - Águas de Elvas, S.A. (“Empresa” ou “AquaElvas”) é uma sociedade anónima, com sede na Praça da República, nº 12 em Elvas, constituída em 19 de agosto de 2008, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de maio de 2009, tendo como atividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da AquaElvas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as

atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1 ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrado com o Município, pelo período de 30 anos, e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a Empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos da legislação em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a Empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo

cessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento inicial de 7.734 milhares de Euros (Nota 6).

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a NCRF 21, ou seja, a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a AquaElvas reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a NCRF 19 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a NCRF 20 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	1 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base linear, sendo as amortizações calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira, ou seja, 30 anos.

3.4 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6 CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se, após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

3.7 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.9 ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.10 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data

do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diversificado, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.13 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 era:

	Ano 2024	Ano 2023
Caixa	1 500	1 500
<u>Depósitos à ordem</u>		
Banco Santander Totta	77 843	117 473
Caixa Geral de Depósitos	706 269	521 836
Bankinter	1 094 812	477 399
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	1 880 424	1 118 208

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2023	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2024
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	242 250	26 450	-	268 700
Equipamento de transporte	107 892	30 307	-	138 199
Equipamento administrativo	26 992	-	-	26 992
Total	377 134	56 757	-	433 891
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2023	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2024
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	143 254	18 016	-	161 270
Equipamento de transporte	14 735	27 604	-	42 339
Equipamento administrativo	26 992	-	-	26 992
Total	184 981	45 620	-	230 601
Saldo líquido	192 153	11 137	-	203 290
ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2022	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2023
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	210 303	31 947	-	242 250
Equipamento de transporte	31 545	95 236	(18 889)	107 892
Equipamento administrativo	26 992	-	-	26 992
Total	268 840	127 183	(18 889)	377 134
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2022	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2023
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	126 247	17 007	-	143 254
Equipamento de transporte	13 801	12 346	(11 412)	14 735
Equipamento administrativo	26 992	-	-	26 992
Total	167 040	29 353	(11 412)	184 981
Saldo líquido	101 800	97 830	(7 477)	192 153

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2023	Aumentos	Saldo em 31.12.2024
Ativos intangíveis			
Plano investimento	7 734 048	-	7 734 048
Outros ativos intangíveis	63 415	47 852	111 267
Total	7 797 463	47 852	7 845 315
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2023	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2024
Ativos intangíveis			
Plano investimento	3 376 030	284 218	3 660 248
Outros ativos intangíveis	809	5 106	5 915
Total	3 376 839	289 324	3 666 163
Saldo líquido	4 420 624	(241 472)	4 179 152

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2022	Aumentos	Saldo em 31.12.2024
Ativos intangíveis			
Plano investimento	7 734 048	-	7 734 048
Outros ativos intangíveis	-	63 415	63 415
Total	7 734 048	63 415	7 797 463
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2022	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2024
Ativos intangíveis			
Plano investimento	3 091 812	284 218	3 376 030
Outros ativos intangíveis	-	809	809
Total	3 091 812	285 027	3 376 839
Saldo líquido	4 642 236	(221 612)	4 420 624

Provisões

As provisões registadas são referentes, essencialmente, ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, se encontra por realizar do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no montante de 7.734.047,98 Euros, no âmbito da concessão (este corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na rubrica de provisões foi conforme segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Saldo inicial	1 694 402	1 694 402
Aumentos	-	-
Diminuições - Plano de Investimento (Nota 15 e 17)	(54 619)	-
Saldo final	1 639 783	1 694 402

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2024	Ano 2023
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	236 902	230 032
Efeitos na demonstração de resultados		
Clientes e outras contas a receber (Nota 10)	(3 012)	(1 121)
Ativos intangíveis (Nota 6)	(3 094)	7 991
Total dos efeitos na demonstração de resultados	(6 106)	6 870
Saldo final	230 796	236 902

As taxas de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 20% e 21%, respetivamente, acrescida de derrama municipal quando aplicável.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis e no reconhecimento de perdas por imparidade de clientes.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido na rubrica de “Outros ativos financeiros”, foi o seguinte:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	Saldo em 31.12.2023	Aumento	Alienação	Saldo em 31.12.2024
Outros Ativos Financeiros - Fundos de compensação	3 242	-	-	3 242
Total	3 242	-	-	3 242
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	Saldo em 31.12.2022	Aumento	Alienação	Saldo em 31.12.2023
Outros Ativos Financeiros - Fundos de compensação	3 040	314	(112)	3 242
Total	3 040	314	(112)	3 242

O Fundo de compensação é um fundo autónomo, financiado pelas entidades empregadoras através de contribuições mensais que visam ao pagamento de até 50% do valor da compensação de trabalhadores abrangidos por este regime na sequência da cessação do contrato de trabalho. Sempre que a entidade empregadora cessar um contrato de trabalho e pague a compensação devida, solicita ao fundo a devolução do valor entretanto pago. Este fundo está mensurado pelo valor do custo.

A contribuição para este Fundo terminou no decorrer do ano de 2023, sendo possível continuar a solicitar o reembolso em caso de saída do funcionário ou a utilização deste Fundo para formação profissional dos funcionários da empresa.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2024	Ano 2023
Ativo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas:		
- Imposto sobre o rendimento do período (Nota 21)	-	24 563
Imposto sobre o valor acrescentado	16 311	67 148
Total	16 311	91 711
	Ano 2024	Ano 2023
Passivo		
Imposto sobre o rendimento do período (Nota 21)	6 242	-
Retenção de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares	6 910	3 234
Contribuições para a segurança social e CGA	7 388	9 075
Outros impostos	64	137
Total	20 604	12 446

10. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Clientes e outros créditos a receber” apresentava a seguinte composição:

Clientes

	Ano 2024	Ano 2023
Clientes		
Clientes C/C	1 090 486	1 110 787
Perdas por imparidade acumuladas	(88 514)	(139 342)
Total	1 001 972	971 445

O elevado montante apresentado na rubrica “Clientes C/C” está relacionado com o cliente Município de Elvas. O valor em dívida a 31 de dezembro de 2024 deste cliente ascende a 484.529 Euros (em 2023 era de 504.142 Euros), sendo que corresponde, quase na sua totalidade, a 35% de desconto na compra de água dos meses de agosto 2017 a janeiro de 2019, conforme alteração ao contrato de concessão assinado em 2017 (Nota 26).

Em dezembro de 2023, o cliente Município de Elvas também apresenta faturas em dívida relacionadas com abastecimento e saneamento no total de 16.636 Euros, em dezembro de 2024, o Município não tinha qualquer valor em dívida à Entidade.

Perdas por imparidade

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Saldo inicial	(139 342)	(177 269)
Reforço	(30 497)	(47 844)
Reversão	81 325	85 771
Saldo final	(88 514)	(139 342)
Variação Ano	50 828	37 927

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2024	Ano 2023
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação	198 670	162 612
Desconto compra de água pendente de faturação	1 878 121	1 536 908
Outros devedores - Cauções	13 739	13 739
Total	2 090 530	1 713 259

O valor da rubrica “Estimativa de produção pendente de faturação”, é referente à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfazamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados no mês de dezembro de 2024 e 2023.

A rubrica “Desconto compra de água”, no montante de 1.878.121 Euros (1.536.908 Euros em 2023), refere-se aos rendimentos a faturar relacionados com o desconto na compra de água acordado com o Município de Elvas relativo aos meses de fevereiro de 2019 a dezembro de 2024 (Notas 16, 18 e 22).

Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Adiantamentos a fornecedores” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2024	Ano 2023
Adiantamentos a fornecedores	11 554	6 127
Total	11 554	6 127

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2024	Ano 2023
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	7 114	6 243
Gastos a reconhecer - Saneamento	130 528	139 851
Total	137 642	146 094

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos – Gastos a reconhecer - Saneamento” inclui faturas relativas a compra de água de saneamento, referentes ao período de 2017, que apenas começaram a ser reconhecidas como gasto a partir de janeiro de 2018 (momento da correspondente atualização de tarifas) e que terminará no final da concessão.

12. PARTES RELACIONADAS

A Empresa faz parte do Grupo FCC através da participação, desde dezembro de 2020, de 100% da empresa AqualiaPortugal S.A., a qual por sua vez, é detida pela FCC Aqualia, S.A. (FCC Aqualia). As demonstrações financeiras da Empresa são incluídas na consolidação de contas do Grupo FCC.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa é detida a 100% pela AqualiaPortugal, S.A. (Aqualia).

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2024				Ano 2023		
	Fornecedores (Nota 12)	Clientes (Nota 10)	Outras dívidas a pagar (Nota 10)	Empréstimo concedido	Fornecedores (Nota 12)	Clientes (Nota 10)	Empréstimo concedido
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	16 530	-	-	-	29 692	-	-
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	37 129	-	-	-	9 402	-	-
FCC Aqualia S.A.	8 583	59 833	2 247	1 250 000	9 746	16 140	1 250 000
Total	62 242	59 833	2 247	1 250 000	48 840	16 140	1 250 000

Em 2023, a Empresa efetuou um empréstimo à FCC Aqualia S.A., o mesmo tem um prazo de um ano com possibilidade de renovação ou antecipação de reembolso, desde que solicitado por escrito à Empresa mãe. No valor de 1.250.000 Euros, o mesmo vence juros à taxa juro de *short term rate* diminuído de um *spread* de 0,3%.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2024		Ano 2023	
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Juros credores	Fornecimentos e serviços externos (Nota 16)	Juros credores
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	382 124	-	373 003	-
Aquamaior - Águas de Campo Maior S.A.	21 045	-	26 306	-
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	48 052	-	52 190	-
FCC Aqualia S.A.	10 831	43 693	9 746	16 140
Total	462 052	43 693	461 245	16 140

13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2024	Ano 2023
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	62 242	48 840
Fornecedores conta corrente	3 179 842	2 836 107
Total	3 242 084	2 884 947

	Ano 2024	Ano 2023
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	18	18
Fornecedores de investimentos	91 478	-
Credores por acréscimos de gastos		
Outros acréscimos de gastos	51 506	53 061
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos - Alvarez	274 070	127 332
Outros Credores Diversos - Resíduos Sólidos	117 989	100 184
Total	535 061	280 595

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de “Adiantamentos de clientes” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2024	Ano 2023
Adiantamentos de clientes	37 091	35 494
Total	37 091	35 494

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital, totalmente subscrito e realizado no montante de 3.160.000 Euros, era composto por 316.000 ações com o valor nominal de 10,00 Euros cada, pertencentes na totalidade à acionista AqualiaPortugal S.A..

Reservas Legais

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as “Reservas legais” ascendiam a 62.777 Euros e 51.776 Euros, respetivamente.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 27 de junho de 2024, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de 220.020 Euros, foi transferido para a rubrica de reservas legais e resultados transitados, nos montantes de 11.001 Euros e 209.019 Euros, respetivamente.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 08 de novembro de 2023, foi distribuído à acionista única por conta de resultados transitados a quantia total de 100.000 Euros.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 18 de maio de 2023, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de 349.229 Euros, foi transferido para a rubrica de reservas legais e resultados transitados, nos montantes de 17.461 Euros e 331.768 Euros, respetivamente.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2024	Ano 2023
Vendas		
Abastecimento	2 093 905	2 076 432
Saneamento	1 785 430	1 557 025
Mercadorias	805	565
Serviços prestados	151 568	155 196
Subcontratos (1) (Nota 6)	54 619	-
Total	4 086 327	3 789 218

(1) Corresponde à componente de proveitos relacionados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Subsídios à Exploração” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2024	Ano 2023
Subsídios à exploração	-	7 380
Total	-	7 380

A rubrica “Subsídios à Exploração” em 2023, são relativos à contratação de jovens qualificados. Em 2024 não houve rendimentos desta natureza.

As tarifas de água e saneamento doméstico relativos aos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são conforme se apresenta:

Doméstico por escalão	Abastecimento de água		Saneamento de águas residuais	
	2024	2023	2024	2023
	Preço unitário (€/m ³)	Preço unitário (€/m ³)	Preço unitário (€/m ³)	Preço unitário (€/m ³)
de 0 a 5 m ³	0,609	0,05813	0,5481	0,5232
de 5 a 15 m ³	1,1575	1,105	1,0418	0,9944
de 15 a 25 m ³	2,5932	2,4754	2,3339	2,2779
superior a 25 m ³	4,011	3,8194	3,601	3,4375

De referir que os valores apresentados podem ser diferentes em função do agregado familiar, bem como da condição social do cliente. Existem também tabelas específicas para o fornecimento não doméstico.

Os valores de tarifários apresentados acima foram publicados em Edital pela Câmara Municipal de Elvas e encontram-se disponíveis para consulta no *site* da Empresa.

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Matérias-primas		
Inventários iniciais	-	-
Compras	1 899 284	1 583 421
Inventários finais	-	-
Total	1 899 284	1 583 421

A rubrica “Compras” refere-se na sua totalidade ao valor adquirido de água em 2024, sendo que ao valor indicado deve-se descontar o montante referido na rubrica “Outros rendimentos – Desconto compra de água” no montante de 341.213 Euros (340.579 Euros em 2023) (Nota 19). Este valor corresponde a 35% de desconto na compra de água, conforme a alteração ao contrato de concessão assinado em 2017 (Nota 10 e 25).

Considerando o acima referido, o valor final da compra de água em 2024 e 2023 deverá ser 1.558.071 Euros e 1.242.824 Euros, respetivamente.

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Subcontratos (1) (Nota 6)	54 619	-
Serviços especializados	643 353	706 778
Energia e fluidos	192 366	236 998
Conservação e reparação	168 040	171 137
Rendas e alugueres	84 572	67 878
Materiais	56 268	84 453
Deslocações, estadas e transportes	24 774	20 808
Serviços diversos	132 825	151 693
Total	1 356 817	1 439 745

(1) Corresponde à componente de custos incorridos na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 462.052 Euros 461.245 Euros, respetivamente (Nota 12).

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Remunerações	320 620	327 088
Encargos sociais	68 599	72 721
Seguros de acidentes de trabalho	6 865	4 258
Outros gastos com o pessoal	3 596	24 635
Total	399 680	428 702

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, no período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi de 18 colaboradores.

19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Outros rendimentos - Desconto compra de água (Nota 15)	341 213	340 579
Rendimentos em ativos fixos tangíveis (Nota 6)	-	16 523
Outros rendimentos	10 953	7 643
Total	352 166	364 745

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Outros rendimentos – Desconto compra de água” é relativa aos rendimentos a faturar relacionados com o desconto na compra de água conforme descrito nas Notas 10, 15 e 25.

20. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2024	Ano 2023
Impostos e taxas	85 031	73 519
Quotizações	120	120
Dívidas incobráveis (Nota 22)	81 325	85 771
Juros de Mora	33 772	27 188
Outros gastos	6 168	2 972
Total	206 416	189 570

21. GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2024	Ano 2023
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico (Nota 6)	18 016	17 006
Equipamento de transporte (Nota 6)	27 604	12 346
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Reversíveis) (Nota 6)	289 324	285 028
Total	334 944	314 380

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Elvas, a derrama é de 0,4%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 21,4%.

Para o período de 2024, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2021 a 2024 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são detalhados conforme segue:

	Ano 2024	Ano 2023
Resultado antes de impostos	340 945	260 982
Amortização de investimentos reversíveis não aceites (Nota 20)	284 219	284 219
Donativos	-	-
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	-	27 188
Benefícios Fiscais - RCCS	(171 224)	(152 461)
Insuficiência/ Excesso estimativa impostos	(2 130)	(223)
Imparidade não aceite (Nota 9)	22 873	35 882
Reversão imparidade (Nota 9)	(81 325)	(85 771)
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(246 877)	(246 877)
Outros	81 325	94 032
Lucro tributável	227 806	216 971
Prejuízos reportados de anos anteriores	-	-
Matéria coletável	227 806	216 971
Coleta	43 590	43 439
Derrama Municipal	911	868
Tributações autónomas	1 929	3 525
Imposto corrente do exercício	46 430	47 832
Retenções na fonte	1 268	348
Pagamento por conta (Nota 8)	38 919	72 048
Total IRC a pagar/(recuperar)	6 243	(24 216)
Imposto corrente do exercício	46 430	47 832
Imposto diferido ativo (Nota 7)	6 106	(6 870)
Imposto do exercício	52 536	40 962
<i>Resultado antes do impacto do imposto diferido activo</i>	<i>340 945</i>	<i>260 982</i>
<i>Imposto diferido activo (2741 / 8122)</i>	<i>(6 106)</i>	<i>6 870</i>
<i>Imposto do período com impacto do imposto diferido activo no resultado</i>	<i>(52 536)</i>	<i>(40 962)</i>
<i>Resultado após impacto do imposto diferido activo</i>	<i>288 409</i>	<i>220 020</i>

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.

No exercício de 2020, a Empresa utilizou a Remuneração Convencional do Capital Social (RCCS), o qual é um incentivo fiscal previsto no artigo 41º -A do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de uma parte das entradas de capital efetuadas pelos acionistas à sociedade.

Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de 7% das entradas realizadas em cada exercício, com o limite de 2 milhões de Euros, ou seja, um limite de benefício fiscal de 140 mil Euros em 2024 e 2023. (limite de 140 mil Euros desde 2020 e nos cinco anos seguintes).

A dedução ao lucro tributável é efetuada no exercício em que são realizadas as entradas e nos cinco períodos de tributação seguintes. Consequentemente, o benefício fiscal reportável para os exercícios seguintes ascende a 420 mil Euros.

Decorrente do incentivo fiscal à capitalização das Empresas, preconizado no art.º 43.º D dos Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), a Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, deduziu cerca de 31.224 Euros e 12.500 Euros, respetivamente.

23. OUTROS ASSUNTOS

No dia 26 de julho de 2017 foi assinada uma alteração do Contrato de Concessão, cujas principais modificações dizem respeito ao facto de a Concessionária passar a dispor de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e várias Estações Elevatórias, para sua gestão e consequentemente manutenção, e a uma ampliação em investimentos anuais em renovação das redes, quer de abastecimento quer de saneamento.

Nessa mesma alteração ao contrato de concessão é referido que a Concessionária adquire a posição contratual do Município de Elvas no contrato de fornecimento de água em alta existente com a Águas do Vale do Tejo, mantendo o direito a um desconto de 35% do valor total da água em alta adquirida, desconto esse que se destinaria a compensar um conjunto de custos de gestão de infraestruturas incorridos pela Empresa e que eram encargo da entidade fornecedora de água em alta. Não obstante essa situação constar do contrato de concessão assinado entre a Empresa e o Município de Elvas, com a alteração ao mesmo Contrato de Concessão, as faturas da água em alta que eram anteriormente emitidas pelo Município de Elvas com o respetivo desconto de 35%, passaram a ser emitidas pela Águas do Vale do Tejo diretamente à Empresa. Tais faturas, no entanto, foram emitidas pelo montante total, sem incluir qualquer referência ao desconto de 35%, mencionado no aditamento ao Contrato de Concessão. Têm existido reuniões entre a Empresa, o Município de Elvas e a Águas do Vale do Tejo, para tentar chegar a um consenso entre as três partes envolvidas quanto à forma de regularizar a situação, uma vez que a Águas do Vale do Tejo pretende que essa regularização seja feita, não pela aplicação direta de um desconto, mas sim pela quantificação de uma compensação pela gestão das infraestruturas de água em alta, que estaria originalmente a seu cargo.

Existe um acordo entre o Município de Elvas e a Águas do Vale do Tejo, datado de 2020, que regula o apuramento e a forma de liquidação das despesas que seriam da responsabilidade desta última, enquanto fornecedora de água em alta, mas que foram incorridas pela gestão do sistema de distribuição de água em baixa, estando apenas pendente de formalizar, através de acordo ou outro tipo de compromisso entre o Município de Elvas e a Empresa, a forma como esta será compensada das despesas que realizou e que correspondem ao desconto de 35% que anteriormente era aplicado.

A Empresa mantém nas suas contas, a 31 de dezembro de 2024, um saldo de clientes a receber por parte do Município de Elvas no valor total de 484.529 Euros (Nota 10), referente ao período que vai desde 01 de agosto de 2017 a 31 de janeiro de 2019, assim como um acréscimo de rendimentos relacionado com a situação acima descrita, no valor total de 1.878.121 Euros (Nota 10), referente ao período que vai desde 01 de fevereiro de 2019 a 31 de dezembro de 2024, sendo que o Conselho de Administração não prevê qualquer perda naqueles valores a receber com referência a 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, a Empresa apresenta, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, um saldo na rubrica de “Fornecedores” com as Águas do Vale do Tejo, nos montantes de 3,106 mil Euros e 2,773 mil Euros, respetivamente, relacionados com o desconto de 35% do fornecimento de água que não foi efetuado por aquela Entidade.

24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam na AquaElvas ativos ou passivos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.

25. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2024, a empresa apresentava Caixa e equivalentes no montante de 1.880.424 Euros, tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 804.996 Euros, não existindo qualquer dívida financeira de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2024, a empresa apresentava um

passivo corrente inferior ao ativo corrente no montante de 1.365.835 Euros, este valor é líquido de dívidas a, e de empresas do Grupo (Nota 11).

Os Administradores da AquaElvas elaboraram o presente Anexo e apresentam estas Demonstrações financeiras com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

Nota de garantias

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a AquaElvas não é garante do acordo de refinanciamento do Grupo FCC.

26. LOCAÇÕES

A Empresa celebrou contratos de locações de imóveis e viaturas.

Os contratos de *renting* de viaturas foram celebrados por um período inicial de 36 meses, sendo possível renegociar o prazo da vigência dos contratos, contudo não está estabelecido a aquisição dos veículos no termo do contrato. Face às dificuldades de aquisições de novas viaturas em consequência da falta de

componentes no mercado, em 2024 terminaram os contratos das viaturas, tendo as mesmas sido entregues à Locadora.

Os contratos de aluguer de imóveis são relativos a aluguer de escritório e armazéns para desenvolver a atividade, os mesmos têm o mínimo de 10 anos e um máximo de 30 anos, sendo possível renovar os contratos mediante o aviso prévio. Também é possível o arrendatário denunciar os contratos mediante acordo entre as partes. No termino dos contratos não é possível adquirir os imóveis.

Os compromissos assumidos pela Empresa, bem como os gastos incorridos em relativamente aos contratos existentes em 2024 e 2023, são conforme segue:

Aluguer imóveis	Ano 2024	Ano 2023
2024	-	22 532
2025	27 179	8 400
2026	27 179	16 232
2027 e seguintes	229 939	211 022
TOTAL	284 297	258 186

Renting viaturas	Ano 2024	Ano 2023
2024	-	20 309
TOTAL	-	20 309

Gasto ano	Ano 2024	Ano 2023
Renting viaturas	13 530	19 732
aluguer imóveis	26 980	25 026
TOTAL	40 510	44 758

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Francisco José Simões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Diogo Manuel Santos

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 11.004.913 euros e um total de capital próprio de 5.530.290 euros, incluindo um resultado líquido de 288.409 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A. em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 23 do anexo às demonstrações financeiras, e em conformidade com o aditamento ao Contrato de Concessão celebrado em julho de 2017, a Entidade adquiriu a posição contratual do Município de Elvas (“Município”) no contrato de fornecimento de água em alta existente com as Águas do Vale do Tejo (“AdVT”), que previa o desconto de 35% do valor total da água em alta adquirida. Contudo, verifica-se que a AdVT está a emitir as faturas diretamente à Entidade sem incluir qualquer referência ao desconto referido de 35%. A 31 de dezembro de 2024, existe um saldo de clientes a receber por parte do “Município” e um acréscimo de rendimento, no montante de 2.363 milhares de euros (2023: 2.041 milhares de euros), relativo ao direito contratual, assim como uma conta a pagar à AdVT no montante de 3.106 milhares de euros (2023: 2.773 milhares de euros) referente àquela parcela que a Entidade não tem vindo a liquidar. Embora subsista incerteza quanto à tempestividade e forma de recuperação dos saldos, o Conselho de Administração entende que irão ser encontradas medidas que permitam assegurar a recuperação sem perdas dos referidos saldos, assegurando-se o equilíbrio económico e financeiro da concessão, e o cumprimento das direitos e obrigações contratuais. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

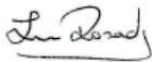
Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 23 de maio de 2025

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **LUÍS MIGUEL GONÇALVES ROSADO**
Num. de Identificação: 10810521
Data: 2025.05.23 17:29:24+01'00'



Luis Miguel Gonçalves Rosado - ROC n.º 1607
Registado na CMVM com o n.º 20161217